



Evento	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2013
Local	Porto Alegre - RS
Título	ASPECTOS MÉDICOS, BIOÉTICOS E JURÍDICOS DA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA POST MORTEM E O DIREITO DAS SUCESSÕES.
Autor	LEONARDO STOLL DE MORAIS
Orientador	MARCIA SANTANA FERNANDES
Instituição	Centro Universitário Ritter dos Reis

Introdução: No ano de 2011, teve-se notícia do primeiro bebê brasileiro nascido por meio da técnica de Reprodução Humana Assistida com uso de material genético, coletado previamente e utilizado de forma *post mortem*. A possibilidade de uma reprodução póstuma tornou-se possível devido ao aprimoramento científico e tecnológico no campo da reprodução humana. Este desenvolvimento acarreta uma contínua reflexão sobre a adequação ética e legal de seu uso. **Objetivo:** Avaliar as repercussões ética e legais da realização de Reprodução Humana Assistida (RHA) *post mortem*, especialmente no Direito das Sucessões. **Métodos:** Foi realizada uma Revisão Sistemática de fontes bibliográficas do Sistema PUBMED, utilizando as palavras-chaves: “*Assisted Reproduction*”, “*Post Mortem*” e “*Law*”. Além disto, foram utilizadas fontes complementares e documentos normativos. Os dados foram avaliados de modo qualitativo, utilizando-se a análise de conteúdo e o Referencial Teórico da Bioética Complexa. **Resultados:** A partir da revisão sistemática das fontes bibliográficas localizaram-se no Sistema PUBMED 16.993 artigos com a palavra-chave: “*Assisted Reproduction*”, 16.353 com a palavra-chave: “*Post Mortem*”, 361.923 com a palavra-chave: “*Law*” e com as três palavras-chaves encontrou-se 8 artigos. Os dados foram reunidos para análise, constando do fichamento de 53 textos (8 artigos do sistema PUBMED + 45 textos brasileiros diversos), três resoluções do Conselho Federal de Medicina, um parecer técnico da Comissão sobre Acesso e Uso do Genoma Humano (CGH) e 15 Projetos de Lei. Identificou-se 8 artigos no Sistema PUBMED (3 = apenas reflexivos; 3 = Abordam a coleta de material biológico de paciente já morto; 2 = Favoráveis a prática de RHA *post mortem* e ao Direito das Sucessões). Dos 45 textos brasileiros diversos, 27 doutrinas foram passíveis de classificação entre favoráveis e desfavoráveis à sua realização. **Conclusão:** Os aspectos éticos e legais foram discutidos em vários textos revisados. Em dois, dos oito artigos publicados, a manifestação foi favorável. Em 27 dos 45 textos brasileiros foi possível identificar alguma posição legal favorável ou desfavorável ao tema. Contudo, a principal constatação foi a verificação de que o artigo 1.798 do Código Civil não contempla a concepção *post mortem*, o que pode ocasionar um problema legal relacionado à capacidade sucessória do filho advindo por meio de RHA *post mortem*. (Apoio PBIC/CNPq/UniRitter/LAPEBEC).